

O GÊNERO MEMORIAL ACADÊMICO NO BRASIL: CONCEPÇÕES E MUDANÇAS DE UMA AUTOBIOGRAFIA INTELLECTUAL

Sandra Cristinne Xavier da Câmara (IFRN)
sancristin@yahoo.com.br

Maria da Conceição Passeggi (UFRN)
mariapasseggi@gmail.com

Introdução

Ao longo dos últimos oitenta anos no Brasil, a institucionalização, consolidação e diversificação do memorial enquanto gênero acadêmico tem revelado uma peculiaridade do cenário universitário: um sistema de avaliação fundado na escrita autobiográfica. Se no início era reservado aos professores catedráticos (1934-1968), com o tempo, ele se democratizou e deixou lugar para professores em início de carreira e mesmo para estudantes de graduação. Tal fato atesta a mudança de interesse pelas escritas autobiográficas no âmbito universitário, a qual acompanha uma nova concepção acerca dos acontecimentos narrados e de seus autores.

No fim dos anos 1990, a oportunidade de conhecer um gênero, supostamente, recente nos fez despertar para uma promissora oportunidade de pesquisa. O objeto de estudo que se delineava à nossa frente eram os memoriais de formação produzidos como trabalho de final de curso numa instituição de ensino superior de formação de professores. Nosso universo, então restrito à forma de elaboração desse gênero para fins de avaliação em situação de certificação, ampliou-se, na década seguinte, com a busca de suas primeiras manifestações na universidade brasileira, as quais remontam à década de 1930 e vêm nos permitindo, marcar não sua origem, mas sua institucionalização nas instituições pesquisadas. Desse modo, nos vimos diante do memorial como uma escrita acadêmica pautada no ato de auto-bio-grafar (escrever sobre a própria vida), a qual permite uma inserção no universo da história do ensino superior brasileiro, configurando-se como um gênero discursivo, gerado no seio da academia, que nos dá acesso à vida e à docência através da voz e da letra de quem é professor/a.

Para Salvatore D'Onofrio (1999), em seu *Metodologia do trabalho intelectual*, o memorial é definido como “um currículo comentado, a história de uma vida refletida, a auto-análise dos fatos *memoráveis*, visando especialmente pôr em luz a evolução na área de conhecimento escolhida” (D'ONOFRIO, 1999, p. 74, grifo do autor). Em tal definição, o autor segue enfatizando ser imprescindível que as atividades exercidas na trajetória acadêmico-profissional do docente estejam inseridas no projeto global de sua produção e de acordo com as necessidades da instituição. Assim, para ele, a capacidade de se trazer à tona fatos memoráveis e, por sua vez, significativos, evidencia a essência reflexiva do memorial ao buscar responder: “como dar sentido à vida?”. Esse entendimento acerca do memorial, então raro no universo dos manuais de metodologia científica, parece ter sido um indício de que a abordagem dessa escrita autobiográfica começava a ganhar novas perspectivas. O aprofundamento da investigação sobre os memoriais nos possibilitou, dentro do nosso interesse, denominar e distinguir dois tipos de memoriais: memorial acadêmico e memorial de formação (PASSEGGI, 2008), os quais, grosso modo, se distinguem basicamente pelo contexto e tipo de escrita impostos pela posição ocupada por seus autores. Em tópico posterior, no Quadro 1, visualizaremos as especificidades de cada tipo.

O que temos acentuado em nossos estudos é a necessidade de investigação sobre esse gênero, no sentido de explorar suas potencialidades, seja como dispositivo de formação e de avaliação, seja como portador de uma história da educação escrita sob a vivência e percepção de seus atores/autores. E é nesse sentido que os memoriais se tornam: *gênero da história* de homens e de mulheres que reconstituem suas trajetórias de vida e de trabalho; *gênero*

memorialístico, em cujo processo de rememoração, cada autor/a atualiza saberes e redimensiona espaços de formação e de aprendizagem da profissão; e *gênero acadêmico*, por estar assentado na interpretação e na atribuição de cientificidade à vida e às aprendizagens cotidianas.

O memorial, de acordo com a perspectiva bakhtiniana, revela-se como expressão específica da esfera cultural da academia brasileira e nos permite partir da hipótese de que cada memorial trata de uma situação singular-plural. Nesse sentido, admitimos que, em cada memorial, encontraremos uma articulação dialética entre o privado e o público, as estruturas institucionais, nas quais e com as quais o autor/a se formou e com as quais dialoga. Sua investigação tem conduzido, assim, à descoberta de formas de desvelamento do *eu* nessa escrita de si, institucionalizada no ensino superior. Dessa interação decorrem as potencialidades dessa escrita como fonte de pesquisa para: a história das práticas de inserção e de formação de intelectuais no seio do ensino superior brasileiro e seu papel na construção dessa história; e os estudos linguísticos em torno do gênero autobiográfico, no que concerne às relações entre as práticas de escrita e a cultura universitária no Brasil.

Partindo dessa discussão, uma das questões que se coloca para o nosso estudo consiste em saber como esses enunciados, relativamente estáveis, se multiplicam e se diversificam ao longo da história. É nesse contexto que objetivamos analisar e descrever aspectos relativos às mudanças de concepção e estrutura de memoriais referentes aos períodos de sua institucionalização, consolidação e diversificação no âmbito da universidade brasileira.

1 Aspectos teórico-metodológicos

Situamos nossa investigação sobre e com os memoriais sob duas perspectivas: i) na pesquisa qualitativa em Educação, especificamente, no âmbito do movimento internacional da pesquisa (auto)biográfica, que recorre às fontes autobiográficas (escritas de si, diários, memórias, histórias de vida, cartas, relatos) como método de pesquisa, uma vez que se configuram como testemunhos de atos individuais concretos e ações de grupos sócio-historicamente situados; ii) na teoria sobre os gêneros do discurso, de Bakhtin (2003), segundo a qual eles evoluem e se complexificam à medida que mudam suas esferas comunicativas de circulação. A articulação dessas duas perspectivas nos possibilitou correlacionar as alterações ocorridas nos memoriais ao contexto sociohistórico e ao seu uso como uma prática educativa, corroborando a teoria dos gêneros discursivos com a qual trabalhamos.

No âmbito da pesquisa (auto)biográfica, utilizamos o método (auto)biográfico, o qual vem se firmando como uma alternativa “válida”, no âmbito da pesquisa científica, para a produção do conhecimento acerca do homem. No campo da Sociologia, por muito tempo, o aspecto subjetivo e qualitativo das histórias de vida e das biografias foi desprezado pelos pesquisadores, o que ocasionou, segundo Ferrarotti (2010, p. 36), uma “Crise do método, exigência de uma hermenêutica social dos atos individuais concretos: o método biográfico [situava-se] numa encruzilhada da investigação teórica e metodológica das ciências do homem”, constatando, assim, a crescente preocupação dos sociólogos em atribuir à biografia a confiabilidade necessária no âmbito da pesquisa científica. Com isso, a Sociologia passou a utilizar largamente o método biográfico em seus trabalhos. Tal utilização, entretanto, tratava frequentemente a biografia como um simples conjunto de materiais biográficos justapostos, reduzindo-a a uma “‘fatia de vida’ social utilizável como *exemplo*, *caso* ou *ilustração*, num quadro interpretativo situado a um nível mais elevado de abstração” (FERRAROTTI, 2010, p. 38). Com essa concepção, a especificidade de cada história de vida, de cada biografia não possuía maior valor sociológico do que seus aspectos comuns a outras biografias análogas, já que era isso o que possibilitava uma quantificação, através da qual se chegava a uma

representatividade numérica e permitia generalizações indutivas. Para Ferrarotti, essa tendência homogeneizadora das biografias deveria ser reconsiderada com base na recolha de materiais biográficos primários, ou seja, de “narrativas autobiográficas recolhidas diretamente por um investigador no quadro de uma interação primária (*face to face*)” (FERRAROTTI, 2010, p. 43). Segundo o autor, a renovação do método biográfico baseava-se exatamente no retorno à valorização dos materiais primários e da sua *subjetividade explosiva*.

Ao adotarmos a perspectiva do método (auto)biográfico, defendemos, com Ferrarotti (2010), que essas fontes não são utilizadas para ilustrar uma época ou um período, mas nos acercamos delas como um saber organizado, que nos cabe decifrar. Conforme a pesquisa autobiográfica em educação vem evidenciando, é possível aceder às práticas sociais manifestadas nas fontes autobiográficas, as quais são, ao mesmo tempo, reveladoras do processo de constituição de uma cultura e da identidade docente. É nesse sentido que corroboramos a seguinte afirmação de Ferrarotti (2010), quando discute a relevância de uma metodologia sociológica verdadeiramente voltada para uma hermenêutica do indivíduo em suas interações sociais:

[...] Temos de abandonar o modelo mecanicista que caracterizou as tentativas de interpretação do indivíduo por meio de “frame-works” sociológicos. O indivíduo não é um epifenômeno do social. Em relação às estruturas e à história de uma sociedade, coloca-se como um pólo ativo, impõe-se como uma práxis sintética. Mais do que refletir o social, apropria-se dele, mediatiza-o, filtra-o e volta a traduzi-lo, projetando-se numa outra dimensão, que é a dimensão psicológica da sua subjetividade. (FERRAROTTI, 2010, p. 44, grifos do autor).

Tal entendimento faz-nos, com o autor, compreender que o nosso “sistema social” é formado por nossos atos, sentimentos, crenças, cuja história “está contida por inteiro na história da nossa vida individual” (FERRAROTTI, 2010, p. 44), sendo, então, no movimento “desestruturante-reestruturante” das estruturas sociais, das quais somos parte, que revelamos e somos revelados como sínteses vertical e/ou horizontal dessas estruturas. Os memoriais produzidos no contexto institucional da educação superior têm-se mostrado documentos potenciais para o desvelamento e conseqüente interpretação dessas estruturas sociais. Nesse sentido, o “sistema social” dos professores ao reapropriar-se singularmente do “universal social e histórico” que os rodeia nos permite “conhecer o social a partir da especificidade irredutível de uma práxis individual” (FERRAROTTI, 2010, p. 23) e, com isso, buscar formas de compreensão acerca de como ocorre a dialética entre as práticas socioculturais e a subjetividade desse grupo social.

No âmbito da linguagem, segundo nossos interesses, a teoria acerca dos gêneros do discurso (BAKHTIN, 2003) complementa essa discussão, permitindo-nos admitir que se os indivíduos aprendem a moldar seus modos de narrar e de se expressar de acordo com os gêneros disponíveis em suas esferas culturais, eles não renunciam, contudo, nem à sua singularidade, nem à sua capacidade de ajustá-los, segundo seu querer-dizer. Nesse sentido, evidencia-se uma relação dialética entre os gêneros do discurso e a cultura, uma vez que assim como eles vivem para reforçar as estruturas, os valores e as tradições de uma determinada cultura, eles são fortalecidos por ela.

Ao longo das nossas investigações, reunimos um *corpus* constituído por 40 memoriais, assim distribuídos: 16 memoriais acadêmicos, datados de 1935 a 1970; 07 memoriais acadêmicos, datados de 1980 a 2007; e 17 memoriais de formação, datados de 1995 a 2000. Reunimos, ainda, documentos oficiais, que dizem respeito à legislação disposta em editais, resoluções, portarias, regimentos, com os quais tivemos como propósitos: 1) conhecer e compreender o contexto maior de regulamentação do ensino superior no Brasil e

seus aspectos concernentes à carreira do magistério superior; 2) investigar a escrita dos memoriais à luz do discurso injuntivo característico dos editais e resoluções nos quais se pautavam. Os memoriais foram encontrados, inicialmente, na Universidade de São Paulo – USP e na Universidade Federal da Bahia – UFBA, nas suas respectivas faculdades de Medicina Veterinária e de Medicina (1930-1970); já a partir da década de 1980, reunimos memoriais publicados em livros. Neste artigo, analisaremos memoriais representativos dos períodos delimitados para este estudo.

2 Memorial acadêmico e memorial de formação: especificidades do gênero

O foco sobre as fontes autobiográficas nos estudos desenvolvidos pelo nosso grupo de pesquisa, o GRIFAR¹, vem nos permitindo investigar a trajetória da vida acadêmica no ensino superior em dois grandes contextos de escrita: o de formação e o de inserção no magistério superior. No contexto de formação, observamos duas etapas: a da formação inicial, cujos atores/autores são graduandos e alunos de iniciação científica; a da formação pós-graduada, voltada para a pesquisa e a formação do formador com a abordagem autobiográfica. Nas situações de inserção na carreira do magistério, identificamos ainda duas etapas nas quais as escritas de si são utilizadas: a do ingresso na carreira docente no ensino superior; e a da progressão funcional, que culmina no nível de professor titular, nas instituições públicas. Embora exista a possibilidade de ingresso nesse último nível da carreira, nós o consideramos como processo de progressão, uma vez que esse nível exige um percurso docente anterior².

A identificação desses contextos de escrita a partir de fontes autobiográficas tem nos ajudado a desvelar o contexto acadêmico como espaço que se tem aberto para as escritas de si, conforme a variedade a seguir: memorial de formação, ensaios autobiográficos, portfólios, história de vida alimentar, cartas, relatos orais, narrativas autobiográficas de formação, diários do pesquisador, cadernos autobiográficos, entrevistas biográficas, memorial acadêmico.

No que concerne ao nosso foco, passamos a adotar o termo *memorial autobiográfico*, que

pode ser definido como um gênero acadêmico autobiográfico, por meio do qual o autor se (auto)avalia e tece reflexões críticas sobre seu percurso intelectual e profissional, em função de uma demanda institucional. O interesse de sua narrativa é clarificar experiências significativas para a sua formação e situar seus projetos atuais e futuros no processo de inserção acadêmica e ascensão profissional (PASSEGGI, 2008, p. 120).

Esse termo vem mostrando-se adequado para abranger as diferentes denominações encontradas em editais de concurso e ementas de cursos para o gênero memorial. Já em função da demanda institucional e do processo de escrita, distinguimos dois tipos de memorial: *memorial acadêmico* para designar aqueles que são elaborados por professores e pesquisadores para fins de concurso público, ingresso ou ascensão funcional na carreira docente e/ou para outras funções em instituições de ensino superior; e *memorial de formação* para designar os memoriais escritos durante o processo de formação inicial ou continuada, e concebido como trabalho de conclusão de curso no ensino superior, geralmente, realizado em grupo e acompanhado por um professor orientador.

A partir dessas considerações, foi possível identificar aspectos fundamentais que circunstanciam o processo de escrita dos memoriais de formação e acadêmico, conforme sintetiza o Quadro 1.

¹ Grupo Interdisciplinar de Pesquisa, Formação, Auto.Biografia e Representações –, liderado pela Profa. Dra. Maria da Conceição Passeggi, no Centro de Educação/UFRN.

²Retomamos essas considerações, publicadas inicialmente em PASSEGGI; BARBOSA; CÂMARA (2008).

Gêneros	MEMORIAL DE FORMAÇÃO	MEMORIAL ACADÊMICO	
Contextos de escrita	Formação	Inserção profissional	
	Graduação Iniciação à pesquisa	Ingresso no magistério superior	Progressão funcional (ingresso)
Autores/atores	Graduandos e professores em formação continuada	Profissionais-candidatos à docência no magistério superior	Professores-candidatos à progressão na carreira docente
Objeto da escrita	Formação intelectual, profissional e experiencial		
	Ênfase: curso em andamento	Ênfase: inserção no magistério superior	Ênfase: produção acadêmico-científica
Relação com a escrita	Flexibilidade de opção pelo gênero	Injunção institucional	
Tipo da escrita	Escrita institucional e semi-pública, objeto de avaliação		
	Acompanhada, partilhada no grupo. Com ou sem defesa pública	Não acompanhada Observação das normas institucionais do concurso Com defesa pública	

Quadro 1 – Aspectos que circunstanciam o processo de escrita dos memoriais de formação e acadêmico

Fonte: Adaptado de PASSEGGI; BARBOSA; CÂMARA (2008).

Como característica do gênero, destacamos no Quadro 1 os três últimos aspectos, que dizem respeito à escrita. Percebemos que, sendo objeto da escrita desses tipos de memorial a “formação intelectual, profissional e experiencial”, no *memorial de formação*, isso ocorre como processo em andamento, ou seja, os professores, que ainda se encontram na condição de alunos, precisam perceber-se inscritos num processo formativo e aos poucos irem tomando consciência do significado de suas experiências. A escrita se dá, portanto, num espaço-tempo quase simultâneo à vivência dos fatos.

3 O memorial no Brasil: institucionalização, consolidação e diversificação

Nossos estudos em torno dos memoriais como gênero acadêmico permitem-nos situar os anos 1930 como o período que marca sua *institucionalização* nas universidades pesquisadas – USP e UFBA; a década de 1980 traz como marco a publicação do memorial da Professora Magda Soares (Universidade Federal de Minas Gerais), o qual serve de modelo e inspiração para os primeiros memoriais de formação produzidos no país na década seguinte; a partir dos anos 1990, observamos o início do seu processo de *diversificação e consolidação* como gênero de discurso acadêmico, uma vez que se torna, também, um dispositivo de formação adotado em cursos do ensino superior no Brasil. Esse tipo de escrita de si, antes restrita ao ingresso e ascensão na carreira docente do magistério superior, consolidou-se como uma prática corrente para a obtenção do diploma de graduação.

Apresentamos a seguir características dos memoriais selecionados referentes a cada período delimitado no estudo.

3.1 Institucionalização

Identificamos nos memoriais desse período uma tendência dos autores a seguir de forma, mais ou menos, rígida, a sequência de itens exigida, nos editais que regulam o concurso, na elaboração de seus memoriais. Guiando-se pelas orientações contidas no Decreto nº 7.204, de 11 de junho de 1935, que aprova o Regulamento da Faculdade de Medicina Veterinária de São Paulo, os professores-candidatos deviam centrar-se na exposição e

descrição das atividades relativas à sua formação básica, à educação superior, à sua formação acadêmica, em síntese, à sua “vida científica” considerada como centro na composição do memorial.

A regulação institucional caracteriza-se, desse modo, como síntese do contexto de produção acadêmica: o candidato deve obedecer a essas normas, sob pena de ser excluído do processo. As orientações solicitam aos candidatos de relatar (rol) “tudo que se relacione com a formação intelectual do candidato e com sua vida e actividade profissionaes ou scientifica”. O *contexto de produção* da escrita mostra-se claro e conduz o autor na tarefa de elaborar o memorial, compondo uma figura de si, centrada na “formação intelectual” e nas “actividades profissionaes ou scientifica”, conforme o modelo institucional imposto. Há, portanto, pouco espaço para outros aspectos da vida: pessoal, familiar, religiosa, política...

Outro documento histórico, datado de 1943, nos permite continuar a explorar o contexto de produção e de recepção dos memoriais. Trata-se do “Regimento de concurso para professor catedrático e livre-docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo” (Decreto nº 13.426, de 23 de junho de 1943), que no seu Artigo 14, exige a apresentação de um memorial, pelo candidato, no ato de sua inscrição para concurso de professor catedrático, e explicita o que deve constar no memorial. Essa legislação (de quase uma década após a criação da USP) apresenta, de forma mais resumida, as diferentes partes do memorial. Observamos que, com relação ao Regulamento da Faculdade de Veterinária (1935), foram excluídos aspectos tais como: a educação secundária, os estabelecimentos de ensino frequentados, relação de notas obtidas em exames, discriminação minuciosa do curso superior, além de datas, menção às notas e a prêmios e outras distinções a que fazia referência o Artigo n. 115, do Regulamento da FMV.

O que importa sublinhar aqui é que essas orientações guardam, sobremaneira, a essência do que vai se constituindo como característica dos memoriais ao longo dessas duas primeiras décadas, a valorização da vida científica e profissional do candidato, e o que diz respeito à sua formação, às atividades profissionais e a suas publicações. É essa a preocupação que continua a ocupar uma posição central para a Universidade de São Paulo, na definição do perfil do seu quadro docente. A formação intelectual do professor e sua dedicação à pesquisa científica constituem os requisitos fundantes para assumir a cátedra, em consonância com o espírito de conhecimento científico que guiou a criação dessa universidade.

A observação das normas pelos candidatos constitui um ponto importante da escrita do memorial. Ela parece ser tão relevante que encontramos, muitas vezes, a transcrição completa da legislação que regulamenta a escrita logo nas primeiras linhas de boa parte dos memoriais dessas duas primeiras décadas.

A primeira página do memorial de Pondé (1938) ilustra como o candidato se posiciona na primeira página de seu memorial. O autor inicia o memorial, justificando a sua escrita como um “cumprimento à exigência” do concurso. Em seguida, faz referência ao ambiente familiar e à influência do pai como fatores favorecedores do gosto pela ciência e acrescenta comentário ao ambiente escolar, referindo-se à “magnífica escola PRADO VALLADARES”, sinalizada com letras maiúsculas, o que interpretamos como uma reverência aos ensinamentos recebidos. No parágrafo seguinte menciona o mestre FERNANDO LUZ, que aprimorou o seu entusiasmo pela “Ciência”.

Esse momento de intensa subjetividade, que sucede a um início convencional, onde fala da escrita como resposta a uma exigência legal, parece destoar de todo o restante do memorial. Podemos supor que essa expressão de subjetividade encontra sua justificativa nos “predicados morais” elencados como critério de avaliação no Regulamento da Faculdade de Medicina da Bahia e ausente no regulamento da FMV, que analisamos anteriormente. Esse movimento de subjetividade está marcado, em primeiro lugar, pelo reconhecimento do *outro*

em sua formação, pais, escola, mestres, a quem reverencia e, em segundo lugar, pela intenção de modéstia: o autor caracteriza o memorial como “despretensioso” e a si mesmo como um dos “discípulos mais obscuros”. Ora, nas cinquenta e quatro páginas que compõem o memorial, o autor esforça-se em demonstrar a sua competência nos dois outros critérios do Regulamento: o mérito científico e a capacidade didática. Essa suposta “falta de pretensão” ancora-se assim em seus “predicados morais”: professor modesto e profundamente reconhecido, com um percurso aliado a uma vida científica exemplar, ali exposta, e marcada pela precocidade de um “pendor pela Ciência”, fortalecido pelo ambiente familiar, pela escola e por uma pessoa charneira: um mestre de destaque.

A partir de nossas análises, foi possível entrever um autor fiel às normas estabelecidas pelos editais, que, entretanto, não buscava camuflar a sua subjetividade. Observamos que, na verdade, a expressão da subjetividade, a exposição do ambiente familiar e de formação servia para enaltecer sua reputação e, desse modo, mostrar o bom caráter para a comissão de concurso.

3.2 Diversificação e consolidação

No período compreendido entre meados dos anos 1950 e os anos 1970, o memorial iguala-se ao gênero *curriculum vitae*, sendo a única diferença o nome, que permanece “memorial”. Assim, encontramos as incansáveis listagens de eventos da vida científica dos professores e suas respectivas comprovações. Outros dados pessoais, como número dos documentos de identificação civil, endereço, passam também a integrar o memorial. Historicamente, esse fato simboliza o apagamento do sujeito das estruturas sociais das quais faz parte. O contexto político-social, representado pela repressão do regime militar, interfere nas mais diversas manifestações da sociedade.

Somente nos anos de 1980 é que o memorial, tendo como marco do movimento autobiográfico no âmbito da formação de professores o livro da professora Magda Soares, volta a se configurar como uma narrativa autobiográfica. Para nós, trata-se do ressurgir de um discurso acadêmico autobiográfico. O memorial de Magda Soares – *Metamemória-memórias: travessia de uma educadora* – configura-se como um marco, ao tornar-se referência para a escrita do gênero memorial no Brasil. Escrito em 1981 e apresentado como requisito para concorrer ao cargo de professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais, foi, em 2001, reeditado.

Na Introdução do livro, Eliane Marta Teixeira Lopes (2001, p. 9), considera-o como “um gênero da História. A História da Educação”, pelo fato de a autora lançar um olhar problematizador sobre a cultura escolar e universitária por ela vivenciadas ao longo da sua formação e atuação profissional. É nesse sentido, que procuramos evidenciar a relevância dos memoriais como um gênero textual genuinamente acadêmico, cuja “memória” revela peculiaridades da história de um grupo: o do magistério superior. *Metamemória-memórias* torna possível a recomposição de cenários de formação e profissionalização, de cenários políticos, de cenários socioeconômicos, donde se pode abstrair uma história da educação, testemunhada por seus próprios autores-personagens.

Outro ponto levantado por Lopes (2001, p. 10) é o fato de ao considerar o livro de Magda Soares como “uma autobiografia intelectual, acadêmica”, ela traz à tona a questão do valor acadêmico-científico da biografia, no âmbito da História, devido ao fato de a *bio* (vida) ter-se tornado “tema digno” de estudo por parte de historiadores: “a biografia pode se tornar História” (LOPES, 2001, p. 10). Encontramos em Lopes, reforços para a discussão sobre o estatuto teórico das fontes autobiográficas como recurso metodológico na pesquisa educacional, no momento em que havia um forte debate em torno da validade dessa perspectiva de pesquisa, no final dos anos 1980.

O livro de Soares, escrito nos anos 1980, encontra-se em sintonia com essas inquietações, pois não consiste numa “tentativa de psicanálise selvagem”, pois, no dizer de Lopes, “o *eu* entra como sujeito e objeto de estudo e reflexão, e entra também como a pessoa que escreve na primeira pessoa”. O abandono do “nós majestático” configura-se, à época, como uma conquista recente do mundo acadêmico, o que, naquele período, causava estranheza aos “historiadores franceses” (LOPES, 2001, p. 12). Evidenciava-se com isso a quebra de paradigmas na academia: o sujeito *versus* ciência. Conforme afirmação anterior, a biografia parecia mesmo estar-se tornando História. A escrita crítica e reflexiva dos professores e das professoras sobre a *vida* passou, então, a ser evidenciada e valorizada no contexto acadêmico.

Naquele momento de redemocratização no país, a exigência do memorial como prova de concurso público no contexto universitário configurou-se como o início de um processo de rupturas, de quebra de paradigmas. O interesse da academia pelas histórias de vida acadêmico-profissionais dos professores colocava no centro, então, o “sangue e a carne” da história dessas instituições.

No prefácio do memorial-livro, Walter Garcia (2000) corrobora seu *status* de marco, ao acentuar que se tratava da primeira vez que um educador brasileiro revelava as dúvidas e as perplexidades vividas na sua trajetória intelectual, assim como os caminhos que o levaram “à plena emancipação intelectual” (GARCIA, 2001, p. 7). Tal afirmação corrobora o desnudamento por que passa Soares ao escrever seu memorial. A seguir, trazemos à tona aspectos desse memorial, visando demonstrar a originalidade dessa escrita enquanto gênero que ressurge, renovado, na tradição acadêmica do Brasil. Focalizamos, primeiramente, a visão da autora sobre o sentido e importância do memorial como meio de avaliação no concurso para professor titular e as implicações dessa escrita na re-constituição da professora em que se tornou.

- a) O memorial: avaliação e escrita – Inicialmente, destacamos a abertura do memorial no qual Soares coloca a questão da exigência do memorial no concurso e justifica sua crença em atendê-la:

Pedem-me um *memorial*: devo contar o que fui, o que foi; explicitar o passado. Mas, antes de explicar o passado, é preciso explicar o presente, *este* presente: por que atender a um edital que convida à inscrição a concurso de professor titular? Quero, antes de tudo, responder a essa pergunta, porque acredito que é pelo presente que se explica o passado – o acontecimento atual, efeito dos acontecimentos passados, é que permitirá bem perceber e bem avaliar esses acontecimentos passados, que logo relatarei (SOARES, 2001, p.21-22. Grifos do autor).

Nessa abertura, é interessante observar que não há resistências para escrever, observamos, ao contrário, uma total entrega por parte da autora. Esse fato está possivelmente relacionado à militância de Soares por uma universidade, não sem contradições, mas plena em sua função social perante a sociedade. Para a autora, que optou pela vida universitária, não seria correto renunciar ao direito de submeter-se a esse concurso, o qual representa mais que diferenças salariais, mais que a busca pelo poder dentro da universidade. Por meio dos concursos, “comprova-se a adesão pessoal aos valores acadêmicos, submete-se à avaliação, de si mesmo e da comunidade universitária, o progresso científico e intelectual pessoal, cumpre-se o compromisso de fortalecer a instituição pela qualificação dos que nela trabalham” (SOARES, 2001, p. 24). Nesse sentido, é que, ao entender que a escrita do memorial permite ao professor um retorno ao seu passado acadêmico na tentativa de compreendê-lo a partir do presente, a autora revela ter sido “entusiasta defensora [...] da introdução do *memorial* como prova de concurso para o cargo de professor titular” (SOARES, 2001, p. 25. Grifos do autor).

Para ela, trata-se de “fazer uma tese cujo objeto é a própria vida acadêmica”, tendo em vista que isso obriga o professor-candidato a expor os fatos e a justificá-los, o que ultrapassa a mera reunião de feitos listados num *curriculum vitae*. E acrescenta que a especificidade do memorial reside na sua restrição àqueles que têm um passado acadêmico, ou seja, é preciso ter vivido a universidade para ser apto a escrever um memorial. Esse passado acadêmico, com a diversificação do memorial, comporta aqueles que viveram a universidade como estudantes, no qual serão apresentadas as aprendizagens, o percurso formativo oferecido pela universidade e a compreensão/conscientização em torno desses acontecimentos.

Ao longo de todo o memorial, Magda Soares se coloca como espectadora de si mesma. Vai tecendo a sua história utilizando a metáfora do “risco do bordado”, a qual toma de empréstimo do romance do escritor mineiro Autran Dourado, *O risco do bordado* (1976). Com essa imagem, a autora atenta sempre para a posição espaço-temporal em que se encontra para legitimar ou deslegitimar suas vivências dentro da profissão. Assim, a autora revela de que modos esse bordado foi sendo produzido por meio do risco outrora incerto.

Nesse exercício de meta-memória, a autora vai re-constituindo o processo de escrita da memória. Trata-se de uma profunda incursão no passado e em si mesma, na tentativa de desvendar o “risco desconhecido”, os sentidos e os porquês dos acontecimentos passados à luz da pessoa-professora de hoje. Esse processo de reapropriação da história narrada constitui a latente necessidade de “tornar-se sujeito de sua própria história”, de “reconhecer-se em uma história” (DELORY-MOMBERGER, 2006, p. 362), na tentativa de tomar consciência da sua temporalidade.

A reflexão sobre a trajetória de formação e de atuação na universidade empreendida no processo de escrita do memorial, para Magda Soares, implica, antes de tudo, tomar o presente como referência, pois é a partir dele que será possível “narrar um passado” que é refeito, re-construído, re-pensado “com as idéias de hoje” (SOARES, 2001, p. 40).

No nosso entendimento, a seção “meta-memória”, com que Magda Soares inicia o seu memorial, guarda, na verdade, duas intenções. A primeira seria a de valorizar a prova à qual se submete diante dos seus pares, ressaltando suas potencialidades enquanto gênero a partir do qual é possível ao autor reconstituir sua trajetória acadêmico-profissional dentro de um processo simbiótico com a instituição, que a tornou a professora que é no presente, numa espécie de prestação de contas ou mesmo de devolução/retorno do seu produto. E a segunda, voltada para o processo de escrita, teria a intenção de não somente descrever, mas também de interpretar e desmistificar esse processo, expondo suas armadilhas e condicionantes.

- b) O memorial: a personagem inscrita – Neste ponto, focalizaremos, por meio de alguns trechos do memorial de Magda Soares, o seu olhar sobre sua atuação em momentos históricos específicos da universidade brasileira.

Para tomar o distanciamento necessário na produção do seu memorial, a autora elegeu, desde o início, o presente como referência para pensar e interpretar os acontecimentos do passado: “Procuro-me no passado e ‘outrem me vejo’; não encontro *a que fui*, encontro alguém que *a que sou* vai reconstruindo, com a marca do presente” (SOARES, 2001, p. 57). Trata-se, assim, de três personagens distintas: “a que fui”, “a que sou” e “outrem” em construção? Não, na verdade, podemos abstrair desse jogo presente-passado o que dá unidade a essas três personagens: o *eu* que reflete sobre a vida. Esse *eu*, situado no presente, constrói-se e se reconstrói na rememoração dos fatos. Nesse sentido é que, ao retomar em seu memorial o período dos anos 1960, durante a vigência do governo militar, Soares revela sua postura ideológica e suas ações em defesa dessa postura.

Vivíamos, então, os anos iniciais do regime de exceção inaugurado em 1964; ainda distantes da radicalização de 1968, discutíamos o conceito de desenvolvimento e subdesenvolvimento e a situação sócio-econômica do Brasil [...]. Discutindo conceitos teóricos e apresentando dados estatísticos sobre a situação brasileira, tentávamos formar professores comprometidos com o desenvolvimento nacional (era a ideologia então vigente: a fase nacional-desenvolvimentista) (SOARES, 2001, p. 70).

Podemos perceber a imersão da autora nesse momento histórico da fase nacional-desenvolvimentista empreendida no Brasil. A palavra de ordem era crescimento econômico e todos os setores da sociedade deveriam estar engajados nesse propósito. A universidade, por sua natureza de lugar de produção do saber, de formação de (futuros) profissionais bem qualificados, de *locus* privilegiado para o desenvolvimento da ciência, não passaria ileso ou à margem desse projeto nacional. Inevitavelmente, Soares foi, e se reconhece como tal, “instrumento e porta-voz de ideologias”. Foi nesse período que a autora publicou sua primeira coleção de livros didáticos, a qual reflete as representações da autora naquele momento.

Imersa no período mais crítico do governo militar, Soares assim se situa em diferentes momentos políticos da história do Brasil:

Em cada um dos momentos anteriores, a ideologia então em curso exerceu sobre mim sua dominação, ao mesmo tempo impedindo-me de senti-la como dominação: no primeiro momento, o liberalismo-pragmatismo-escolanovismo, pré-64; no segundo momento, o nacionalismo desenvolvimentista e o reconstrutivismo, pós-64. Entretanto, é ao analisar os primeiros anos pós-68 que mais nítidas se tornam, para mim, a presença e a força da ideologia como “lógica da dissimulação” e “lógica da ocultação” (SOARES, 2001, p. 80).

Ora, o que seriam essas lógicas identificadas como a ideologia vigente no pós-68? A da “dissimulação” diria respeito aos falsos pretextos de preservação da ordem e da proteção da segurança nacional para justificar a violência aos direitos civis dos cidadãos? A da “ocultação”, por sua vez, estaria relacionada à obscuridade das ações governamentais para a manutenção de tal ordem?

Ao retomar em seu memorial o período da Reforma Universitária, Soares marca o ano de 1968 como a “fase de retomada da expansão econômica e do desenvolvimento industrial” (SOARES, 2001, p. 81). Desse modo, com a educação idealizada como meio de crescimento econômico do país, ela, o ensino, a escola passam a ser focalizados como investimento.

Faz, por fim, um balanço das consequências coletivas da sua atuação enquanto divulgadora a ideologia vigente.

[...] Hoje, vejo: lutamos pela implantação de uma Faculdade de Educação e nos vimos, inesperadamente, transformados em agência adestradora de mão-de-obra para o sistema de ensino; fragmentamos os cursos pela departamentalização e pela matrícula por disciplina e, em nome da racionalização e da produtividade, reduzimos (ou destruímos?) o espaço do diálogo entre estudantes e entre professores; racionalizamos a seleção de candidatos à universidade, implantando o vestibular único, e produzimos a “unificação do mercado de ensino de ensino universitário” (SOARES, 2001, p. 83).

Como não considerar esse memorial uma verdadeira “aula da história da universidade brasileira”? Ao ser assim considerado, ele traria a vantagem de ser veiculado criticamente por um de seus atores. Como não admitir que o olhar e a voz do sujeito, que se confunde com a voz da instituição, testemunham não somente a história individual, mas a história de uma coletividade? É com esse discurso explicitamente subjetivo e problematizador que Magda Soares faz ressurgir o sujeito-professor até então enclausurado na “itemização” do memorial-*curriculum vitae*, tão comum entre as décadas de 1960 e 1970.

No que concerne à diversificação, como nos referimos anteriormente, surgem os memoriais de formação, cujas especificidades estão descritas no Quadro 1.

Conclusão

As investigações revelam o memorial como um gênero acadêmico no qual se entrelaça a história acadêmico-profissional do professor com a história da carreira do magistério superior no Brasil. Ancorados na perspectiva bakhtiniana sobre os gêneros do discurso, segundo a qual os gêneros evoluem e se complexificam à medida que seus contextos de uso também evoluem e se tornam mais complexos, os resultados de nossas análises permitiram correlacionar, nas décadas estudadas, as alterações dos memoriais ao contexto sociohistórico e ao seu uso como uma prática educativa no âmbito da universidade. Desse modo, as análises evidenciaram que essas escritas de si: passam da subjetividade latente para a pura objetividade entre as décadas de 1930 e 1960; apresentam total apagamento do sujeito entre as décadas de 1960 a 1970; ressurgem na década de 1980, tendo como marco o memorial da professora Magda Soares; expandem-se e diversificam-se a partir dos anos 1990, tornando-se também um dispositivo de formação e de projeção profissional. Por fim, nossos estudos permitem ainda observar, ao longo desses oitenta anos, várias faces desse sujeito que escreve sobre si, o qual é: revelado pela narração de sua vida científica; ocultado pelas listagens de títulos e publicações científicas; e desvelado pelo seu *eu*-ator de sua história acadêmico-científico-profissional. Não podemos deixar de considerar, ainda, o fato de que o crescente interesse da academia por aperfeiçoar o memorial como dispositivo de avaliação foi propulsor das mudanças de concepção e estrutura observadas.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- DELORY-MOMBERGER, Christine. *Biografia e Educação: figuras do indivíduo-projeto*. (2006)
- D’ONOFRIO, Salvatore. *Metodologia do trabalho intelectual*. São Paulo: Atlas, 1999.
- FERRAROTTI, Franco. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, A.; FINGER, M. *O método (auto)biográfico e a formação*. Natal: EDUFRRN; São Paulo: PAULUS, 2010. (Coleção Pesquisa (Auto)Biográfica e Educação. Clássicos das histórias de vida).
- LOPES, Eliane Marta Teixeira. Introdução. *Metamemória-memórias: travessia de uma educadora*. São Paulo: Cortez, 2001.
- PASSEGGI, Maria da Conceição. Memoriais: injunção institucional e sedução autobiográfica. In: PASSEGGI, Maria da Conceição; SOUZA, Elizeu C. de (Org.). *(Auto)biografia: formação, territórios e saberes*. Natal: EDUFRRN; São Paulo: PAULUS, 2008a. (Coleção Pesquisa (Auto)Biográfica e Educação)
- PASSEGGI, Maria da Conceição; BARBOSA, Tatyana Mabel Nobre; CÂMARA, Sandra Cristinne X. da. Gêneros acadêmicos autobiográficos: desafios do GRIFARS. In: SOUZA, Elizeu C. de; PASSEGGI, Maria da Conceição (Org.). *Pesquisa (auto)biográfica: cotidiano,*

imaginário e memória. Natal: EDUFRRN; São Paulo: PAULUS, 2008. (Coleção Pesquisa (Auto)Biográfica e Educação).

SOARES, Magda. *Metamemória-memórias*: travessia de uma educadora. São Paulo: Cortez, 2001.